OEA

III FÓRUM

DESAFIOS ATUAIS PARA O PODER JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO

22 a 24 de agosto de 2024
Foz do Iguaçu | PR

O evento será realizado em português e espanhol.
A programação está sujeita a alterações.

Local: Grand Carimã Resort & Convention Center, Foz do Iguaçu

Curso presencial gratuito com vagas limitadas!
Os pedidos de participação devem ser enviados até o dia 30/07/2024
pelo site https://www.tjpr.jus.br/web/forum-oea
Os associados das entidades apoiadoras terão prioridade na inscrição.

22.08

PROGRAMAÇÃO

18h às 19h20 Abertura do Fórum com autoridades dos países participantes e da OEA

19h20 às 20h Palestra do keynote Speaker
PROGRAMAÇÃO

09h às 10h
O PAPEL JURÍDICO DA OEA NO ÂMBITO DAS AMÉRICAS
Exposição do marco jurídico internacional, bem como as formas de elaboração de normas, os mecanismos de cooperação institucional e o monitoramento do cumprimento das convenções
Palestrantes:
Jean Michel Arrighi - Secretário de Assuntos Jurídicos (OEA)
Dante Negro - Diretor do Departamento de Direito Internacional (OEA)
Moderador:
Promotor de Justiça Manoel Victor Serení Munriella e Tavares (CONAMPI)

10h às 11h
As parcerias e solidariedades da Justiça Militar da União (ENAJUM)
Palestrantes:
Juiz Federal da Justiça Militar José Maurício Pinheiro de Oliveira | Crimes militares transfronteiriços (ENAJUM)
Juiz Federal da Justiça Militar Síndical Carlos Mauo | Os desafios da Justiça Militar da União no momento atual (ENAJUM)

11h às 12h45
Tema 1 - Independência de magistrados e membros do MP
Relações entre os Poderes.
Palestrantes:
Presidente Juiz de Direito Frederico Mendes Júnior (AMJ)
Presidente Promotor de Justiça Tarcísio Renfim | O Ministério Público no quadro institucional brasileiro: desafios e perspectivas (CONAMPI)
Vice-Presidente Juiz Federal Thiago Mesquita Telles de Carvalho | O diálogo institucional como solução para os desafios atuais da magistratura federal (AZJUTE)
Vice-Presidente Juiz Federal Karina Periatti | Justiça e Direitos Humanos. Memória da qualidade das democracias e de suas instituições (AZJUTE-ARG)
Procurador da República Peterison de Paula Ferreira | Independência funcional dos membros do MP e a defesa do regime democrático (ANAMATRA)
Presidente do Juiz de Direito Luciana Conforti | Independência Judicial como postulado da democracia e proteção contra interferências econômicas (ANAMATRA)
Moderador:
Ministro da STJ Benedito Gonçalves

14h56 às 15h15
Tema 2 - A atuação judicial e ministerial na tutela dos Direitos Humanos. Eliminação de preconceitos no sistema de justiça. Paridade de gênero.
Tutela das minérias e dos vulnerabilizadas.
Palestrantes:
Juiz da Tribunale Roberica Ferme | A violência contra a mulher e o novo papel do Judiciário (Corregedoria - CNJ)
Dee. Federal Cristina Meia | Controle de concionalidade nos tribunais brasileiros na tendência de direitos humanos (FCTC)
Dee. Marco Aurelio Bezera de Mele | Regularização fundiária de quilombolas (EMARU)
Secretaria-Geral Adriana Alves das Santas Cruz | O Poder Judiciário na proteção dos vulnerabilizadas (CNJ)
Juiz Federal Carlos Vera Barros | A proteção processual dos direitos humanos no processo urgentes da Argentina (AZJUTE-ARG)

ACesso à JusTícia
Bases práticas para incrementar o acesso e demarcação da justiça e da MP; meios alternativos de resolução de conflitos, justiça itinerante, justiça e arbitragem (o juiz perante as sentenças arbitrais), justiça e mediação voluntária.

15h15 às 15h45
Tema 3 - A atuação do Poder Judiciário e da Ministéria Pública na promoção da segurança jurídica, da inovação tecnológica e dos investimentos para o aprimoramento do ambiente de negócios e o desenvolvimento sustentável.
Palestrantes:
Dreit Juízda Kjuríca Walter Boeire | Desenvolvimento Sustentável (BNDES)
Dreitra Diretora Lucíndia Passar | Banco do Brasil
Conselheira do CNJ Daniela Pereira Madeira | A importância da plataforma da rede de Inovação do Poder Judiciário MP com os demais poderes do Estado. Carreiras, acesso à magistratura e ao MP, formação de magistrados e membros do MP, Justiça militar.

16h15 às 17h
Tema 4 - Os novos desafios do Direito do Trabalho nas Américas.
Palestrantes:
Ministro do TST Delaide Alves Miranda | O Direito e a Justiça Social Trabalhista sob ataque no marco dos 83 anos da Consolidação dos Leis do Trabalho (ENAMAT)
Desembargadora do Trabalho Ana Paula Teucroni Branco | Direitos Humanos Sociais e Trabalhistas: Perguntas de peito e Desregulamentação pelo Judiciário (ENAMAT)
Desembargadora do Trabalho Ana Paula Santas Machado Bemtz | O direito do trabalhado por mais do pleno desenvolvimento sustentável e precarização do trabalho humano
Presidente Presidência do Trabalho Adriana Augusta de Moura Souza | Empreendedorismo e trabalho assalariado: estigmatização do emprego e a nova morfologia do trabalho (ANPT)
Moderador:
Presidente Ângelo Cohene (Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai)

18h15 às 19h15
Tema 5 - Bases práticas no Judiciário e no MP.
Palestrantes:
Promotor de Justiça Caroline Vaz | A atuação em rede do Ministério Público para a resoluividade de demandas e conflitos (AMP/RS)
Secretária-Geral Carlos Vinicius Alves Ribeiro | Tutela coletiva resolutiva (CONIM)
Ministro da STJ Sérgio Kubinka
Presidente Leonardo Menezes Martins (Associação de Magistrados do Uruguai)
Moderador:
Desembargador Eleitoral Luciana Maia (Diretor da Escola Judiciária de YRE-CE)
PROGRAMAÇÃO

7:45-8h00 Aperitivo

8h00-12h

Tema 1 - Poder Judiciário e MP na tutela dos direitos fundamentais, difusos e coletivos. Cenários de cooperação jurídica internacional.

Painelistas:
- Juiz Federal Daniel Raupp | Pragmatismo na tomada de decisão em direito ambiental (AJUFE)
- Promotor de Justiça Adriano Marcus Brito de Assis (CONAMP)
- Procuradora da República Denise Abade | Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional (ANPR)
- Promotor de Justiça Rafael Osvaldo Machado Moura | O Papel dos Magistrados e Membros do Ministério Público como Defensores dos Direitos Humanos (CONAMP)

Moderador: Des Walter Barone (APAMAGIS)

10h15-10h45 Intervalo

Tema 2 - Enfrentamento à criminalidade transnacional e à organizada. Novidades e boas práticas na criação e desenvolvimento de sistemas de integridade e compliance e sua efetividade no Poder Judiciário e no Ministério Público.

Painelistas:
- Juiz Federal Vlaimir Costa Magalhães | Criminalidade transnacional organizada e conexão com o Poder Público (AJUFE)
- Juiz Federal Valter Shuenquener | A Improbidade Administrativa como ferramenta para o enfrentamento de ilícitos: novas tendências (DEA)
- Presidente Luiz Fernando Tomasi Keppen (TJPR)
- Juiz Federal Pablo Montest | Combate ao Narcotráfico. Questões jurisdicionais e trabalho coordenado entre o Poder Judiciário Federal e o da Província, e entre Forças de Segurança Nacional e Provincial (AJUFE-Arg)
- Promotor de Justiça Marcial Celedonio Machado Orihuella | Crime organizado e meio ambiente (Associação de Magistrados Judiciais do Paraguai)

Moderador: Leandro Coutinho (BNDES)

12h45-13h45 Ensaio-Encerramento

Procurador-Geral da República Paulo Gustavo Gonet Branco (CNMP)

O “II Fórum sobre os Desafios Atuais para o Poder Judiciário e o Ministério Público” é mais um fruto resultante da recente celebração de acordos de cooperação entre instituições dos países do sistema interamericano e da DEA e tem como objetivo específico Incrementar o debate de temas relevantes para as carreiras da Magistratura e do Ministério Público dos países da América. Dando continuidade aos fóruns anteriores de Washington D.C. e de Belém do Pará, o evento da Foz do Iguaçu promoverá um democrático ambiente de diálogo para o fortalecimento institucional, da cidadania e do Estado de Direito. Neste terceiro fórum, um tema que adquirirá uma força própria: na ausência de Estados de fronteira como a Argentina, haverá painéis sobre a tutela dos direitos humanos, o fortalecimento da democracia, a independência dos magistrados e dos membros do MP, a atuação dos tribunais situados em Estados de fronteira frente outros temas relevantes para a consolidação de um Estado de Direito. Ao longo do terceiro fórum, teremos, assim, mais uma provingitosa oportunidade para o aprofundamento da relação de cooperação jurídica entre as instituições parceiras e seus participantes.